



ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 035/2022 – SEMAFIN

Ata de Registro de Preços nº 035/2022 – SEMAFIN
Processo Administrativo nº 2022.0912.001/2022 – SEMAFIN
Pregão Eletrônico nº 033/2022 – CPL/DP

O MUNICÍPIO DE DOM PEDRO, inscrito no CNPJ (ME) sob o nº 06.137.293/0001-30, com sede à Praça Teixeira de Freitas nº. 72, Centro, Dom/MA, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representada pela **Secretaria Municipal de Administração e Finanças**, Sra. **Sônia Lúcia Lopes Feitosa Machado**, enquanto ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE registrar os preços dos produtos propostos pela(s) empresa(s) abaixo qualificada(s), doravante denominada BENEFICIÁRIA DA ATA, para atender as necessidades futuras e eventuais, considerando a homologação do Pregão Eletrônico nº 033/2022–CPL/DP, formalizado nos autos do Processo Administrativo nº 2022.0912.001/2022 – SEMAFIN, com fundamento na Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº. 008/2021 e no Decreto Municipal nº 009/2021, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E PREÇOS REGISTRADOS

1.1. A presente Ata de Registro de preço para futura e eventual aquisição de pneus para veículos automotores, com prestação de serviços acessórios de alinhamento, balanceamento, cambagem, montagem e vulcanização, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Dom Pedro/MA, obedecidas as condições definidas nesta Ata, no Edital e seus Anexos e na Proposta vencedora, parte integrante deste documento independente de transcrição.

1.2. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PREÇOS – as informações sobre empresa beneficiária, representante legal, especificações dos produtos, quantitativos, marcas e preços dos itens registrados no Sistema de Registro de Preços do Município de Dom Pedro por intermédio da presente Instrumento encontram-se elencados no **ANEXO ÚNICO**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. A presente Ata de Registro de Preços visa atender eventual e futura necessidade das Secretarias da Prefeitura de Municipal de Dom Pedro/MA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

3.1. O MUNICÍPIO e a BENEFICIÁRIA se vinculam plenamente à presente ATA e aos documentos adiante enumerados que integram o Processo Administrativo nº 2022.0912.001/2022 – SEMAFIN e que são partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição:

RAIMUNDO
BENEDITO NUNES
BASTOS:26925362
315

Assinado de forma digital
por RAIMUNDO BENEDITO
NUNES
BASTOS:26925362315
Dados: 2022.12.09 22:11:33
-03'00'



- a) Termo de Referência;
- b) Edital do Pregão Eletrônico nº 033/2022– CPL/DP;
- c) Proposta de Preços da BENEFICIÁRIA e respectivos documentos apresentados no procedimento da licitação;
- d) Proposta de Preços das empresas constantes no Cadastro de Reserva e respectivos documentos apresentados no procedimento da licitação, quando couber.

CLÁUSULA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

4.1. A presente ATA e o Contrato Administrativo reger-se-ão pelas seguintes normas:

- a) Constituição Federal de 1988;
- b) Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e, subsidiariamente, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como suas alterações posteriores;
- c) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006 e alterações;
- d) Decreto Municipal nº 008, de 26 de janeiro de 2021;
- e) Decreto Municipal nº 009, de 26 de janeiro de 2021;
- f) Edital do Pregão Eletrônico nº 033/2022– CPL/DP e seus anexos;
- g) demais normas regulamentares aplicáveis à matéria;

4.2. Na interpretação, integração, aplicação ou em casos de divergência entre as disposições desta ATA e as disposições dos documentos que a integram, deverá prevalecer o conteúdo de suas cláusulas.

4.3. Os casos omissos serão decididos pelo MUNICÍPIO, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes às licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, em especial a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA AS FUTURAS CONTRATAÇÕES

5.1. A BENEFICIÁRIA obrigará-se a cumprir todas as condições dispostas nesta ATA, assumindo a partir da sua assinatura, o compromisso de atender as aquisições solicitadas pelo MUNICÍPIO, ficando sujeita às penalidades cabíveis pelo descumprimento de qualquer de suas Cláusulas.

5.2. A Ata de Registro de Preços não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a realização de licitação específica para a aquisição dos materiais pretendidos, hipótese em que ficará assegurado à BENEFICIÁRIA a preferência na contratação, desde que a sua proposta atenda às mesmas condições da licitante vencedora, consoante dispõe o art. 15 do Decreto Municipal nº 009/2021.

5.3. As contratações com a BENEFICIÁRIA da presente ATA serão formalizadas pelo MUNICÍPIO por meio do Contrato Administrativo.

CLÁUSULA SEXTA – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

RAIMUNDO
BENEDITO NUNES
BASTOS:269253623
15

Assinado de forma digital por
RAIMUNDO BENEDITO NUNES
BASTOS:26925362315
Dados: 2022.12.09 22:13:21
-03'00'



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRO
CNPJ: 06.137.293/0001-30

6.1. O prazo de validade desta ATA será de 12 (doze) meses contados de sua publicação, vedada sua prorrogação, conforme dispõe o artigo 15, § 3º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993 c/c art. 11 do Decreto Municipal nº 009/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA –DOS PROCESSOS DE COMPRAS

7.1. Quando da necessidade de contratação deverá ser formalizado processo específico com a indicação dos produtos que se pretende adquirir, observadas as normas internas pertinentes à instrução dos autos, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, o disposto no art. 14 do Decreto Municipal nº 009/2021.

7.2. Os processos de compras deverão ser encaminhados para consulta prévia da CPL, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados.

7.3. Após análise da CPL e pronunciamento da Assessoria Jurídica, os autos do processo serão encaminhados ao Órgão Participante para ser autorizada a contratação por seu Titular em ato administrativo competente.

7.4. ABENEFICIÁRIA da ATA será convocada pelo Órgão Participante para retirar a Nota de Empenho da Despesa e assinar o Contrato Administrativo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

7.4.1. O prazo para a assinatura do Contrato Administrativo estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período quando solicitado pela BENEFICIÁRIA durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo MUNICÍPIO.

7.5. É facultado ao MUNICÍPIO, quando a Beneficiária não comparecer, não apresentar todos os documentos de regularidade exigidos, recusar-se a retirar a Nota de Empenho da Despesa e a assinar o Contrato Administrativo ou tiver seu registro cancelado, convocar licitante do CADASTRO DE RESERVA, observada a ordem de classificação, uma na falta da outra, para fornecer o material que se pretende adquirir, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela Beneficiária, ou revogar este Pregão, independentemente da aplicação das sanções previstas neste Edital.

7.5.1. É facultado a Pregoeira reabrir o certame com a convocação das licitantes remanescentes, quando não houver opção decorrente do CADASTRO DE RESERVA.

7.5.2. Na sessão de reabertura do Pregão, a Pregoeira deverá negociar diretamente com a proponente, obedecida a ordem crescente de preços das propostas remanescentes, para que seja obtido preço melhor.

7.5.3. A recusa em retirar a Nota de Empenho e assinar o Contrato Administrativo, sem motivo justificado e aceito pelo MUNICÍPIO, observado o prazo estabelecido no item anterior, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e implicará na aplicação das sanções previstas na Cláusula Dezenove, desta Ata.

7.6. Para a assinatura do Contrato Administrativo, a BENEFICIÁRIA deverá ser representada por sócio que tenha poderes de administração ou por procurador com poderes específicos apresentando no ato cópia do instrumento comprobatório.

7.7. A BENEFICIÁRIA se obriga a manter, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

RAIMUNDO
BENEDITO NUNES
BASTOS:26925362315

Assinado de forma digital por
RAIMUNDO BENEDITO NUNES
BASTOS:26925362315
Dados: 2022.12.09 22:13:36
-03'00'



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRO
CNPJ: 06.137.293/0001-30

7.8. No ato da assinatura do Contrato Administrativo, a BENEFICIÁRIA deverá apresentar os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista exigidos no Edital.

7.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços, conforme estabelecido no art. 11, § 1º, do Decreto Municipal nº 009/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO DAS CONTRATAÇÕES

8.1. A execução das eventuais e futuras contratações será acompanhada e fiscalizada pela respectiva Comissão de Fiscalização designada pelo órgão participante, nos termos do art. 65 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/1993.

8.1.1. Competirá à Comissão de Fiscalização dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto, de tudo dando ciência à autoridade competente, para as medidas cabíveis.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

9.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao MUNICÍPIO, por intermédio da CPL (Órgão Gerenciador), promover as negociações junto à BENEFICIÁRIA, observadas as disposições contidas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

9.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o MUNICÍPIO deverá:

- a) convocar a BENEFICIÁRIA visando à negociação para redução de preços e sua adequação praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, a BENEFICIÁRIA que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;
- c) convocar os fornecedores integrantes do CADASTRO DE RESERVA, observando a ordem de classificação da licitação, visando a igual oportunidade de negociação, caso não haja mais opção no CADASTRO DE RESERVA, o MUNICÍPIO poderá convocar as licitantes remanescentes para negociação.

9.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a BENEFICIÁRIA não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- a) convocar os fornecedores integrantes do CADASTRO DE RESERVA para negociarem a majoração dos preços, devendo restar comprovado que o novo preço ainda é mais vantajoso à Administração, frente aos valores praticados no mercado. Caso não haja mais opção no CADASTRO DE RESERVA, o MUNICÍPIO poderá convocar as licitantes remanescentes para negociação;
- b) no caso de fracasso na negociação, liberar os fornecedores do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

9.4. Não havendo êxito nas negociações o MUNICÍPIO deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços ou de item desta, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

RAIMUNDO BENEDITO
NUNES
BASTOS:26925362315

Assinado de forma digital por
RAIMUNDO BENEDITO
NUNES BASTOS:26925362315
Dados: 2022.12.09 22:13:00
-03'00'

4



CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado quando:

- a) descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou assinatura do Contrato Administrativa no prazo estabelecido nesta Ata, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993 ou no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

10.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas alíneas "a", "b" e "d" será formalizado por despacho da CPL do MUNICÍPIO, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nas alíneas "a" e "b" acarretará, ainda, a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento desta Ata, devidamente comprovado e justificado:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

10.5. Em quaisquer das hipóteses acima, concluído o Processo, o MUNICÍPIO fará o devido apostilamento na **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** e informará aos **BENEFICIÁRIOS** a nova ordem de registro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgãos e entidades da Administração Pública ou entidades privadas que não tenham participado do certame licitatório ("Carona"), mediante prévia consulta à CPL para adesão, desde que devidamente comprovada a vantagem e observadas as normas em vigor.

11.1.1. Os órgãos e entidades que não participaram do Sistema de Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão formalizar o processo administrativo de adesão junto à CPL que se manifestará quanto à possibilidade de adesão.

11.1.2. Caberá à empresa Beneficiária desta Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que este novo compromisso não prejudique as obrigações presentes e futuras assumidas com o MUNICÍPIO.

11.1.3. As aquisições adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados nesta Ata decorrente deste Pregão.

11.1.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro de cada item registrado nesta Ata, independente do

RAIMUNDO
BENEDITO NUNES
BASTOS:2692536231
5

Assinado de forma digital por
RAIMUNDO BENEDITO
NUNES BASTOS:26925362315
Dados: 2022.12.09 22:14:05
-03'00'



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRO
CNPJ: 06.137.293/0001-30

número de órgãos não participantes que venham a aderir, conforme o art. 21, § 4º, do Decreto Municipal nº 009/2021.

11.1.5. Após a autorização da CPL, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência desta Ata.

11.1.6. A CPL não responde pelos atos praticados no âmbito do órgão participante e do carona.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1. O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a Contratada às sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/2002, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993.

12.2. Aplicando-se o disposto no art. 86 da Lei Federal nº 8.666/1993, o atraso injustificado na entrega ou substituição dos produtos sujeitará a Contratada às seguintes multas de mora:

- a) multa moratória diária de 0,5% (seis centésimos por cento) incidente sobre o valor total dos produtos entregues com atraso, até o limite de 10% (dez por cento);
- b) multa moratória diária de 1% (seis centésimos por cento) incidente sobre o valor total dos produtos reprovados no recebimento provisório ou que apresentem defeito de fabricação ou impropriedades, até o limite de 10% (dez por cento).

12.3. Diante da inexecução total ou parcial do Contrato, além das multas aludidas no item anterior, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à BENEFICIÁRIA as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.4. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea "b".

12.5. Se a CONTRATADA ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da contratação, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Dom Pedro/MA, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo da aplicação das multas previstas neste item e das demais cominações legais.

12.6. Caberá à Comissão de Fiscalização propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.

RAIMUNDO
BENEDITO NUNES
BASTOS:2692536
2315

Assinado de forma digital
por RAIMUNDO BENEDITO
NUNES
BASTOS:26925362315
Dados: 2022.12.09
22:14:20 -03'00'



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRO
CNPJ: 06.137.293/0001-30

12.7. Após a aplicação de qualquer penalidade será feita comunicação escrita à BENEFICIÁRIA e publicação no Diário Oficial do Município - DOM, constando o fundamento legal, excluídas os casos de aplicação das penalidades de advertência e multa de mora.

12.8. As multas deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pelo Contratante.

12.9. Os valores das multas poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrados diretamente da BENEFICIÁRIA, amigável ou judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DAS COMUNICAÇÕES

13.1. Qualquer comunicação entre as partes a respeito desta Ata ou das eventuais e futuras contratações, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA PUBLICAÇÃO

14.1. O MUNICÍPIO fará publicar o extrato da presente Ata de Registro de Preços na imprensa oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca da cidade de Dom Pedro, Estado do Maranhão para dirimir toda e qualquer questão que derivar da presente Ata de Registro de Preços e dos respectivos Instrumentos Obrigacionais dela decorrentes.

Nada mais havendo a tratar, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços, na presença das testemunhas abaixo declinadas, em 02 (duas) vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Dom Pedro/MA, 08 de dezembro de 2022

SÔNIA LÚCIA LOPES FEITOSA MACHADO
Secretária Municipal de Administração e Finanças
ORGÃO GERENCIADOR

BENEFICIÁRIO DO REGISTRO

RAIMUNDO BENEDITO NUNES
BASTOS:26925362315

Assinado de forma digital por RAIMUNDO BENEDITO
NUNES BASTOS:26925362315
Dados: 2022.12.09 22:14:38 -03'00'

Empresa: R. B. N. BASTOS

CNPJ: 42.255.618/0001-42

Representante Legal: RAIMUNDO BENEDITO NUNES BASTOS

CPF: 269.xxx.xxx-15



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRO
CNPJ: 06.137.293/0001-30

ANEXO ÚNICO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2022 – SEMAFIN
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2022– CPL/DP
Processo nº 2022.0912.001/2022
VIGENCIA: 12 MESES

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº 035/2022 – SEMAFIN, celebrada entre o Município de Dom Pedro e a Empresa **R. B. N. BASTOS**, com preços registrados, em face à realização do Pregão Eletrônico nº 033/2022– CPL/DP, tendo como Órgão Gerenciador a Secretária Municipal de Administração e Finanças do Município de Dom Pedro/MA.

OBJETO:

Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em pneus para veículos automotores, com prestação de serviços acessórios de alinhamento, balanceamento, cambagem, montagem e vulcanização, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Dom Pedro/MA.

QUADRO 1 – DADOS DA EMPRESA BENEFICIÁRIA

EMPRESA BENEFICIÁRIA: R. B. N. BASTOS	
CNPJ: 42.255.618/0001-42	FONE/FAX: (98) 98877-8870
EMAIL: centercarsd@outlook.com	
ENDEREÇO: AVENIDA FRANCISCO ALVES ANDRADE, BR 135, Nº 1000, KM 382, LOJA 2, CENTRO, SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO – MA, CEP: 65.790-000	
REPRESENTANTE LEGAL: RAIMUNDO BENEDITO NUNES BASTOS	
CPF Nº 269.XXX.XXX-15	

RAIMUNDO
BENEDITO NUNES
BASTOS:26925362
315

Assinado de forma digital por
RAIMUNDO BENEDITO NUNES
BASTOS:26925362315
Dados: 2022.12.09 22:14:58
-03'00'



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRO
CNPJ: 06.137.293/0001-30

QUADRO 2 – MATERIAL REGISTRADO

PNEUS E CAMARAS						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTDE	VALOR ESTIMADO	
					Vlr. Unit	Vlr. Total
1	PNEU 205/55 R16	DUNLOP	UND	30	490,00	14.700,00
2	PNEU 225/75 R16C CARGO	FALKEN	UND	16	1200,00	19.200,00
3	PNEU 185/65 R15	DUNLOP	UND	10	500,00	5.000,00
4	PNEU 225/75 R16C CARGO 2 118/116R	FALKEN	UND	16	1200,00	19.200,00
5	PNEU 225/70 R16	DUNLOP	UND	8	1000,00	8.000,00
6	PNEU 215/75 R17,5	DUNLOP	UND	20	1200,00	24.000,00
7	PNEU 275/80 R22.5	DUNLOP	UND	16	2300,00	36.800,00
8	PNEU 175/65 R14	DUNLOP	UND	10	465,00	4.650,00
9	PNEU 295/80 R22.5	GOODYEAR	UND	20	3100,00	62.000,00
10	PNEU 12-16	GOODYEAR	UND	2	2000,00	4.000,00
11	PNEU 195/65 R15	GOODYEAR	UND	10	510,00	5.100,00
12	PNEU 18.4-30	GOODYEAR	UND	2	7000,00	14.000,00
13	PNEU 12.4-24	GOODYEAR	UND	2	3700,00	7.400,00
14	PNEU 16.9-24	GOODYEAR	UND	2	5100,00	10.200,00
15	PNEU AGRIC 14.00-24	GOODYEAR	UND	6	6300,00	37.800,00
16	PNEU AGRIC 17.5-25	GOODYEAR	UND	4	7500,00	30.000,00
17	PNEU AGRIC 12.5/80-18	GOODYEAR	UND	4	3200,00	12.800,00
18	CAMARA AR 275/80 R22,5	MAGNUM	UND	10	250,00	2.500,00
19	CAMARA AR 14.00-24	MAGNUM	UND	6	410,00	2.460,00
20	CAMARA AR 17.5-25	MAGNUM	UND	4	469,00	1.876,00
21	CAMARA 18.4-30	MAGNUM	UND	2	570,00	1.140,00
22	CAMARA 12.4-24	MAGNUM	UND	2	293,00	586,00
23	CAMARA AR 16.9-24	MAGNUM	UND	2	447,00	894,00
24	CAMARA AR 12.5/80-18	MAGNUM	UND	4	208,00	832,00
VALOR TOTAL						325.138,00
SERVIÇOS						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTDE	VALOR ESTIMADO	
					Vlr. Unit	Vlr. Total
25	ALINHAMENTO VEÍCULOS LEVES	SERVIÇO	Veículo	80	46	3.680,00
26	BALANCEAMENTO VEÍCULOS LEVES	SERVIÇO	Veículo	80	24	1.920,00
27	CAMBAGEM VEÍCULOS LEVES	SERVIÇO	Veículo	80	99	7.920,00
28	ALINHAMENTO VEÍCULOS DE PESO MÉDIO	SERVIÇO	Veículo	80	59	4.720,00

RAIMUNDO BENEDITO
NUNES
BASTOS:26925362315

Assinado de forma digital por
RAIMUNDO BENEDITO NUNES
BASTOS:26925362315
Dados: 2022.12.09 22:15:15 -03'00'



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRO
CNPJ: 06.137.293/0001-30

29	BALANCEAMENTO VEÍCULOS DE PESO MÉDIO	SERVIÇO	Veículo	80	32	2.560,00
30	CAMBAGEM VEÍCULOS DE PESO MÉDIO	SERVIÇO	Veículo	40	106	4.240,00
31	ALINHAMENTO VEÍCULOS PESADOS	SERVIÇO	Veículo	34	69	2.346,00
32	BALANCEAMENTO VEÍCULOS PESADOS	SERVIÇO	Veículo	34	41	1.394,00
33	CAMBAGEM VEÍCULOS PESADOS	SERVIÇO	Veículo	16	112	1.792,00
34	MONTAGEM/INSTALAÇÃO DE PNEUS EM MÁQUINAS AGRÍCOLAS	SERVIÇO	Veículo	15	72	1.080,00
35	VULCANIZAÇÃO/REPARO DE PNEUS DE VEÍCULOS	SERVIÇO	Veículo	15	43	645,00
36	VULCANIZAÇÃO/REPARO DE PNEUS DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS	SERVIÇO	Veículo	15	89	1.335,00
VALOR TOTAL						33.632,00
VALOR TOTAL REGISTRADO						358.770,00

DIRECIONAMENTO POR SECRETARIAS

GRUPO 01 - PNEUS E CÂMARAS							
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	SECRETARIA				TOTAL
			SEMAFIN	SEMUS	SEMED	SEMAS	
1	PNEU 205/55 R16	UND	-	30	-	-	30
2	PNEU 225/75 R16C CARGO	UND	-	16	-	-	16
3	PNEU 185/65 R15	UND	-	10	-	-	10
4	PNEU 225/75 R16C CARGO 2 118/116R	UND	-	16	-	-	16
5	PNEU 225/70 R16	UND	-	8	-	-	8
6	PNEU 215/75 R17,5	UND	-	-	20	-	20
7	PNEU 275/80 R22.5	UND	6	-	10	-	16
8	PNEU 175/65 R14	UND	-	-	-	10	10
9	PNEU 295/80 R22.5	UND	20	-	-	-	20
10	PNEU 12-16	UND	2	-	-	-	2
11	PNEU 195/65 R15	UND	-	-	-	10	10
12	PNEU 18.4-30	UND	2	-	-	-	2
13	PNEU 12.4-24	UND	2	-	-	-	2
14	PNEU 16.9-24	UND	2	-	-	-	2
15	PNEU AGRIC 14.00-24	UND	6	-	-	-	6
16	PNEU AGRIC 17.5-25	UND	4	-	-	-	4
17	PNEU AGRIC 12.5/80-18	UND	4	-	-	-	4

RAIMUNDO BENEDITO
NUNES
BASTOS:26925362315

Assinado de forma digital por
RAIMUNDO BENEDITO NUNES
BASTOS:26925362315
Dados: 2022.12.09 22:15:35 -03'00'



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRO
CNPJ: 06.137.293/0001-30

18	CAMARA AR 275/80 R22,5	UND	-	-	10	-	10
19	CAMARA AR 14.00-24	UND	6	-	-	-	6
20	CAMARA AR 17.5-25	UND	4	-	-	-	4
21	CAMARA 18.4-30	UND	2	-	-	-	2
22	CAMARA 12.4-24	UND	2	-	-	-	2
23	CAMARA AR 16.9-24	UND	2	-	-	-	2
24	CAMARA AR 12.5/80-18	UND	4	-	-	-	4

GRUPO 02 - SERVIÇOS DE ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO							
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	SECRETARIAS				TOTAL
			SEMAFIM	SEMUS	SEMED	SEMAS	
1	ALINHAMENTO VEÍCULOS LEVES	Veículo	20	40	10	10	80
2	BALANCEAMENTO VEÍCULOS LEVES	Veículo	20	40	10	10	80
3	CAMBAGEM VEÍCULOS LEVES	Veículo	20	40	10	10	80
4	ALINHAMENTO VEÍCULOS DE PESO MÉDIO	Veículo	30	10	40	0	80
5	BALANCEAMENTO VEÍCULOS DE PESO MÉDIO	Veículo	60	0	20	0	80
6	CAMBAGEM VEÍCULOS DE PESO MÉDIO	Veículo	20	10	10	0	40
7	ALINHAMENTO VEÍCULOS PESADOS	Veículo	20	0	14	0	34
8	BALANCEAMENTO VEÍCULOS PESADOS	Veículo	24	0	10	0	34
9	CAMBAGEM VEÍCULOS PESADOS	Veículo	10	0	6	0	16
10	MONTAGEM/INSTALAÇÃO DE PNEUS EM MÁQUINAS AGRÍCOLAS	Veículo	15	0	0	0	15
11	VULCANIZAÇÃO/REPARO DE PNEUS DE VEÍCULOS	Veículo	15	0	0	0	15
12	VULCANIZAÇÃO/REPARO DE PNEUS DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS	Veículo	15	0	0	0	15

Dom Pedro (MA), 08 de dezembro de 2022.

RAIMUNDO
BENEDITO
NUNES

BASTOS:2692536
2315

Assinado de forma
digital por RAIMUNDO
BENEDITO NUNES
BASTOS:26925362315
Dados: 2022.12.09
22:15:52 -03'00'